



A HOMOFOBIA NA FORMATAÇÃO DE CONHECIMENTOS NÃO (IN)FORMADOS SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA

MAGALHÃES, Selma Reis

Doutoranda do Programa Família na Sociedade Contemporânea- UCSAL

E-mail: reisselma74@gmail.com

259

Resumo

O texto pousa em experiência e pesquisas sobre sexualidade na escola, a partir da complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais fundados, sobretudo, numa lógica hierárquica de gênero. Como reprodutora de mecanismos que ordena os sexos, a escola serve-se de uma simbologia que modela os papéis e as funções dos sujeitos em conformidades com as regras sociais. Nesse ínterim, desenvolve-se a advocacia sobre homofobia e os investimentos, como os que animam o programa Escola sem Homofobia, inclusive para uma educação que colabore na efetividade de leis por direitos sexuais diversos, mas alertando sobre fragilidades dos professores em lidar com alunos homossexuais e temas relacionados à orientação sexual e de identidade de gênero. De fato, implementar tais programas requer que sejam acompanhados de investimentos em capacitações para que esses professores se sintam mais protagonistas de tais programas e sua prática se efetive.

Palavra-Chave: Sexualidade. Gênero. Educação.

Abstract

The text put in experience and research on sexuality in school, from the complexity of social values organized by cultural codes founded above all on a hierarchical logic genre. As reproductive mechanisms that orders the sexes, the school uses a symbolism that models the roles and functions of the subject in compliance with social rules. In the meantime, develops advocacy about homophobia and investments, such as those which animate the school program without Homophobia, even for an education that collaborate on effectiveness of laws for sexual rights several, but warning of weaknesses of teachers in dealing with homosexual students and topics related to sexual orientation and gender identity. Dand actually implement such programs requires that are accompanied by investments in trainings so that these teachers feel more protagonists of such programs and their practice effect.

Keyword : Sexuality. Genus. Education.



Apresentação

Na contemporaneidade, a questão da sexualidade nas escolas brasileiras se torna problemática em virtude da fragilidade do sistema educacional. Muitos profissionais da educação têm a sua formação acadêmica deformada de teorias e práticas fundamentais para desenvolverem práticas pedagógicas em relação gênero e sexualidade. Hoje, a educação sexual nas escolas, traduzida em orientação sexual como tema transversal, não se adequa às necessidades dos estudantes que vivem num mundo em constantes mudanças e exigências de comportamentos; um mundo de apelo ao erótico, ao desejo e ao prazer.

Em relação às discussões sobre gênero e sexualidade, compreende-se a escola como reprodutora de mecanismos que ordenam os sexos, cria códigos e simbologias próprias que legitimam tal reprodução (LOURO 2010). Hoje, emergem visíveis em todas as sociedades, diversas maneiras da humanidade viver as mais diversas formas de sexualidade, que não sejam pautadas exclusivamente na heterossexualidade. Partindo dessa premissa, o artigo abre uma discussão sobre sexualidade e a construção e desconstrução de estereótipos em relação à homossexualidade no ambiente escolar, a partir da complexidade de valores sociais sistematizados por códigos culturais de gênero e na diferença anatômica do ativo/passivo. A discussão é fruto de observações, como educadora, de situações-problemas sobre a questão das sexualidades que são distorcidas ou simplesmente simplificadas aos fatores biológicos (corpo e reprodução), sem uma ênfase as consequências socioculturais, nem na construção das identidades sexuais, que geram visíveis discriminações e homofobia no espaço escolar.

A sexualidade como elemento construtivo do ser humano se manifesta independente de qualquer processo que envolva o ato pedagógico. Por ser um atributo inerente à pessoa humana, é parte intercomunicante da pessoa consigo mesma e com o outro. Dentro de um processo relacional, fundamenta-se em elementos primários, como o corpo biológico e secundário, através das relações sociais. Traz consigo a idéias das diferenças e desigualdades amplamente difundidas e mantidas nas sociedades que informam os comportamentos sexuais. Nesse sentido, o componente biológico traduzido no corpo sexuado, faz uma interlocução com o corpo sócio-cultural através do componente psicológico que transmite as emoções, sentimentos e conflitos associados à sexualidade. “O corpo se torna um objeto de atenção, o componente emocional, entrelaçando a natureza e a cultura, ocupando um papel sempre mais importante na experiência dos sujeitos e como objeto de estudo.” (MELUCCI, 2005, p. 30).

A HOMOFOBIA NA FORMATAÇÃO DE CONHECIMENTOS NÃO (IN)FORMADOS SOBRE SEXUALIDADE NA ESCOLA.



A partir da construção da identidade como esquema corporal, o corpo é especializado, colocado como fronteira na relação do eu com os outros e do eu com o próprio eu, mas também traduz-se em fronteira simbólica na construção de gênero. A própria ideia de desejo se organiza em torno das categorias e se conformam nas trajetórias afetivo, sexual, reprodutivo dos sujeitos. “A crença social na existência exclusiva de dois sexos, associada à atribuição lógica a cada indivíduo de uma natureza essencialmente masculina ou feminina, permite a reprodução de uma ordem sexual apresentada como objetiva e factual.” (BORRILLO, 2009, p. 36). Nesse sentido, são demarcados os espaços de pertencimentos, de aceitação, de interesses e de poder.

Metodologia

Reconhecer mudanças no modo de abordar a sexualidade na sociedade ocidental contemporânea não implica endossar à ideia de uma total transformação nos padrões de comportamento condicionada às demarcações sociais e culturais, principalmente no que diz respeito às diferenças sexuais. Portanto, o artigo não apontou outro caminho senão uma abordagem de natureza qualitativa, com o intuito de perceber as particularidades do universo escolar, captar os significados produzidos nos discursos das ações humanas sobre sexualidades e homofobia. Para Martinelli (1999, p.115), “a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados”, assim como captam situações não percebíveis pelas estatísticas importantes para o mundo das significações das ações e relações humanas (MINAYO, 2010).

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se primeiro na pesquisa bibliográfica com intuito de identificar elementos qualitativos sobre a problemática, e como se organizam e modelam os sujeitos envolvidos na ação. Segundo Gil (2008, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos.” Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema proposto. Falar de gênero e sexualidades na escola e os limites educacionais os autores que fundamentam a problemática, então dentro de um referencial crítico-dialético sobre a legitimação no ambiente escolar, as representatividades e intervenções nos diversos campos sociais.

Num segundo momento, é utilizada a técnica da entrevista semiestruturada com um estudante do ensino médio, numa escola pública de bairro popular, em Salvador. De acordo com Triviños (1987, p. 146), “podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral,



aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas”. Ela permite ao pesquisador tocar em assuntos mais complexos e delicados que respondem a noções muito particulares com significados e valores.

(Homo) sexualidade e Educação

As novas propostas de escolarização para a educação básica preveem uma práxis pedagógica na qual a experiência prévia dos estudantes esteja presente na construção do conhecimento através da valorização de suas vivências individuais e coletivas, fazendo com que percebam as múltiplas relações que permitem a construção do tecido social em cada época. Nesse interim, insere-se a educação sexual que deixa de ser uma tarefa exclusiva da família, apesar do espaço privado ser o local onde “a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais constituirá sua sexualidade na infância” (MEC, v. 10, p. 112) e passa a ser compartilhada pela escola.

O estudo da sexualidade nas escolas ultrapassa os limites da mera aprendizagem do corpo humano (seus órgãos e funções) para ocupar posições ligadas à sexualidade (desejo e prazer). Valores socioculturais da vida humana que se sobrepõem, na sua essência, a dos demais animais, ou seja, viver a prática sexual somente por instinto, de forma mecânica e superficial para a procriação. Entretanto, é preciso considerar que o processo educacional escolar vem impregnado de valores, conhecimentos, posturas e movimentos corporais considerados aceitáveis para a construção social das identidades e é fruto da força da memória que está presente no coletivo. Ao nos reportamos a Cavalcanti (2007), é possível perceber que a memória coletiva é um referencial ao passado, justificada a aplicada às normas, costumes, deveres dentro de um referencial dialógico.

Mergulhando na teoria das subjetividades é fácil perceber que a sexualidade faz parte das necessidades do ser humano, desenvolve-se por toda vida e não se reduz ao ato sexual, está presente durante todo o desenvolvimento da criança, desde a amamentação até o início da puberdade e não desaparece com o avançar da idade. Na infância revela-se através de mecanismos de controle e vigilância exercidos sobre a criança.

Na obra "Três Ensaio", a teoria sexual infantil desenvolvida por Freud consiste em fundamento psicanalítico essencial e provocou profunda reação no século XIX. As crianças trazem ao mundo, com elas, rudimentos de atividade sexual; já gozam de satisfação sexual



quando começam a alimentar-se e procuram repetir insistentemente a experiência no conhecido gesto de "sugar o polegar". É a fase em que a atividade sexual é inicialmente dominada por diversas e não hierárquicas zonas erógenas corporais do próprio indivíduo, das quais se experimenta satisfação e o desejo de repeti-la.

A primeira organização sexual reconhecível, a chamada fase "oral" durante a qual predomina ainda a ligação original entre a excitação sexual e a nutrição, deixa marcas permanentes em todo sujeito humano. Além das zonas erógenas – parte da pele ou da mucosa em que uma estimulação provoca uma sensação prazerosa -, existem outros elementos que envolvem não só o corpo da criança, mas também outras pessoas como objetos sexuais. Assim, as pulsões de olhar, de situações práticas a criança passa a elaborar uma série de teorias sexuais, como a noção de organização pré-genital infantil que abarcará a organização "oral", a "anal" e a "fálica". É a fase em que o erótico começa a se organizar em torno de zonas privilegiadas, antes de adquirir uma organização global em torno da zona genital.

Diante de todo esse processo Freud denominou invertido sexual o sujeito que se dirige sexualmente a alguém cujo sexo é igual ao seu. A mulher passa a ser definida do ponto de vista sexual como um homem invertido. Ela possuía todos os órgãos sexuais do homem, só que internamente. A mulher como um homem invertido passa a ser inferior, porque tem corpo e cérebro anatomicamente menores, daí ser menos capaz e menos inteligente, e seu corpo ter como função principal a procriação.

No ensaio “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, Freud analisa o papel da mulher e afirma que esta pagou um preço alto em relação ao homem na constituição da civilização moderna, em função dos sacrifícios eróticos e existenciais a que foram submetidas. A histeria e a depressão tornaram-se duas formas psicopatológicas que melhor representam as perturbações psíquicas da mulher em relação a sua sexualidade. Em contrapartida, aos homens a liberdade sexual foi outorgada por meio da constituição de uma rede de prazeres como os bordéis e a luxúria. Portanto, enquanto à mulher era relegada ao plano da passividade e masoquismo, ao homem distinguia-se a atividade e o sadismo.

A teoria da sexualidade de Freud pode ser vista como a transição de uma sexualidade reprodutiva para uma sexualidade hedonista, todavia a busca pela sexualidade normal continua heterossexual e genital. A libido é masculina, portanto, homens e mulheres devem organizar a sexualidade em torno do pênis; pela ausência desses, as mulheres se masturbam com o clitóris, mas na vida adulta elas devem renunciar a esse prazer e privilegiar o coito sexual. Em outras palavras, pode-se afirmar que a psicanálise justifica os papéis, em que a



sensualidade feminina continua inscrita no registro da reprodução sexual, como delineado na tradição cristã, apenas com o acréscimo do mito do amor e instinto materno.

A homossexualidade, o primeiro ensaio, denominado “As aberrações sexuais”, Freud opõe-se a opinião popular de que a sexualidade é uma representação bem definida da natureza. Nesse sentido, ela estaria ausente na infância e se construiria no ser humano a partir da puberdade. Ele diz que não há na sexualidade humana uma distinção entre o objeto sexual e a finalidade sexual. O objeto é a própria pessoa da qual emana atração sexual e a finalidade, a ação a qual a pulsão sexual conduz. As “Aberrações sexuais” são definidas a partir dos desvios do objeto e do objetivo. Daí se procurar compreender a sexualidade através da diferença entre as inversões e perversões.

As inversões (desvios quanto ao objeto) e as perversões (desvios quanto ao objetivo) ligadas ao caráter degenerativo e inato dão a homossexualidade novos contextos hipotéticos, segundo a qual os “invertidos” não são degenerados, quais sejam: a inversão pode ser encontrada em pessoas que não apresentam outro desvio sério da norma, como também, em indivíduos que possuem elevado grau intelectual e ético. A hipótese do caráter inato é rejeitada pela existência de gradações ou variações das “inversões”, ou seja, existem os “invertidos absolutos” - seu objeto sexual é exclusivamente do mesmo sexo; os “invertidos anfígenos” - seu objeto sexual pode pertencer tanto ao mesmo sexo quanto ao sexo oposto - e, por fim, os “invertidos ocasionais” - seu objeto sexual pode ser uma pessoa do mesmo sexo, devido à inacessibilidade ao objeto sexual normal.

Partindo dessa premissa freudiana, e ancorando em Louro (2010) é compreensível o papel da escola quando esta reproduz, no campo das identidades, processos através dos quais mecanismos de classificação ordenam e hierarquizam os corpos. Ela parte do pressuposto das modelagens criadas no campo social e subjetivo – linguagens simbólicas subjetivas, validadas pelo social. A linguagem demarca os comportamentos aceitos como bons e confiáveis e acaba confinando os sujeitos às formas engessadas de perceber os outros e a si mesmo, muitas vezes sem conseguir distinguir as desigualdades construídas nos discursos ideológicos e dialéticos: os normais e anormais; os superiores e inferiores; os bons e maus; os civilizados e selvagens.

Considerando tais posicionamentos, a pesquisa em elaboração (REIS MAGALHAES)¹, apresenta o depoimento de um estudante da segunda série do ensino médio,

¹ Pesquisa de doutorado em elaboração sobre “Jovens homossexuais e seus diferentes projetos de vida: como transitam a escola e a família nesse universo.” (título provisório)



de uma escola pública estadual, onde a pesquisadora leciona, num bairro considerado popular em Salvador, que assim expressa a sua experiência em relação a sua identidade sexual, trazendo a memória das suas primeiras impressões sexuais:

“Desde criança eu me sentia atraído por meninos. No começo, eu achava estranho, porque todos os meus amigos falavam das meninas que gostavam, ou que namoravam e eu inventava coisas usando o nome de uma de uma grande amiga, na época. O meu comportamento mais feminino também vem desde criança, embora não seja indicio de homossexualidade”. (Quintino, 16 anos)².

O discurso do estudante prioriza a experimentação homossexual ainda na infância, onde aparecem períodos de predomínio de aspectos femininos como referencial das suas predileções. Mas há as contradições e conflitos quando nas relações de amizade, utiliza o seu lado masculino como uma de proteção – a amizade é idealizada. Ilustra-se, nesse caso, o sofrimento assumido por ter a sua orientação homossexual.

Em outro momento: *“Professora sou andrógino”* (Quintino, 16 anos). Tendo todas as aptidões para o codificado como universo feminino, entretanto, não gostaria de perder o seu órgão sexual masculino. As referências, no momento da ‘confissão’, correspondem à fase da incerteza e do medo na construção das relações com os outros e com o “eu”. No trânsito das sensações está a autoestima, mas a dificuldade de se assumir homossexual diante dos companheiros, por ser considerado por muitos como “delicado”. Apresenta o sofrimento, sobretudo, por causa do processo de socialização de meninos e meninas que são ensinados desde cedo nas escolas da hierarquia das identidades de gênero. Por fim, o medo de perder a virilidade, causando desconforto e violência silenciosa, situando-o à margem da ‘normalidade’.

Durante a juventude, principalmente na adolescência, é comum observarmos que os homossexuais sentem-se inseguros e molestados. Segundo Isay (1998), é a fase da vida em que eles reprimem seus sentimentos por causa do medo da rejeição. A percepção do preconceito social, as atitudes dos pais e amigos fazem com que muitos adolescentes de doze até quinze anos, por exemplo, suprimirem seus impulsos e fantasias sexuais e se negarem a si mesmos.

² Nome fictício.



“Às vezes eu prendia uma camisa na cabeça para simular um cabelo longo. Minha família soube disso recentemente, porque eu fazia tudo escondido, com medo de que eles deixassem de me amar.” (Quintino, 16 anos).

A incerteza do adolescente no que se refere a sua orientação sexual deveria ser entendida com um conflito não só interno como social. No que diz respeito à família, muitas vezes essa não oferece uma formação a orientação sexual aos filhos, deixando-os que aprendam tudo na escola, ou esperando como fator de naturalização que ingressem na vida adulta como heterossexuais. “É compreensível que, neste delicado e complexo contexto semiótico, isto é, formado por sistemas interligados de signos e códigos, pais e filhos encontrem dificuldades em iniciarem conversas sobre sexualidade.” (DIAS; GOMES, 1999, p. 82).

Comumente os pais tendem a orientar os filhos com o intuito de proteção, por prevenção virtude da gravidez na adolescência, das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e do vírus HIV/AIDS, evitando o obscuro terreno do prazer, a arte erótica. Assim, “a sexualidade como caminho identitários representa para os jovens como espaço de construção de autonomia, de separação da casa, da família.” (CASTRO; MIRANDA; ALMEIDA, 2007, p. 58). Ainda conforme as autoras, como saber controle e não como saber prazer, os pais seriam mais ouvidos na etapa de inicial sexual, mas não necessariamente seguidos.

Na escola a sexualidade entre os jovens também é reverenciada em virtude da gravidez na adolescência, das DSTs e do vírus HIV/AIDS, assim como nos referimos a linha de orientação da família. Portanto, questões ligadas a homossexualidade estão relegadas ao silêncio, as negações, as atitudes limitadoras com relação aos corpos, as expressões espontâneas, tornando os jovens vulneráveis a construções sexuais hegemônicas, ou seja, que conjugam tradição e poder.

“Na escola é como se o bullying homofóbico fosse "rotina", e não vou muito à direção reclamar por que sei que muitos agressores não serão punidos. É como se dissessem para mim toda a vez que eu vou: "Se você é gay, você está predestinado a isso".(Quintino,16 anos).

“No colégio é proibido namorar, mas sempre tem casos (heteros, vale ressaltar) se beijando ou dando uns "amassos" e na maioria das vezes ninguém faz nada. Mas se fosse um casal gay, a coisa seria diferente. Não me espantaria se eles tivessem que ser escoltados pela polícia.” (Quintino,16 anos).



Pelo depoimento do jovem se percebe o exercício da vigilância, do evitar “sinais” de uma sexualidade desestabilizadora da norma. É preciso manter sobre controle comportamentos desviantes para que se encaixem no socialmente aceitável. Há todo tipo de precaução, desde controle em relação às roupas, codificação das brincadeiras e delimitação das expressões de afeto, além, é claro, da observação dos namoros que no binarismo é tolerável, apesar de ser também disciplinado (LOURO 2010).

Observam-se pelos depoimentos coletados em pesquisas sobre juventude e sexualidade, como as desenvolvidas por Castro, Abramovay e Silva (2004) e Heilborn (2006), os sujeitos na escola são pensados pelo consumo do corpo através do imperativo biológico do sexo, incluindo as diferenças anatômicas, fisiológicas, genética e de higiene acopladas ao desejo, ao prazer a permissividade para o encontro dos sexos opostos e não entre os iguais. Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), o debate contemporâneo a respeito da sexualidade na escola tem se buscado orientar pela visão higienista, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, delegando a um único professor, o de ciências, o que consideram o “saber competente”.

O estudo do corpo é delegado ao campo da biologia, sendo que os professores das demais áreas se eximem de quaisquer responsabilidades no que concerne à educação sexual. São visíveis os silêncios quando situações consideradas homofóbicas ocorrem se materializando nas brincadeiras ou nas mais diversas expressões pejorativas que desqualifica qualquer ser humano, como “viado”, “bicha”, “lacraia”, entre outros tantos que poderíamos estar citando. Luiz Mott em vários artigos aponta que a discriminação e o preconceito que verificamos através das nomenclaturas proferidas pelos estudantes e pelos educadores aos homossexuais são na maioria frutos da educação familiar. Quando o pai descobre, por exemplo, que o filho é gay ou lésbica, insulta, espanca e expulsa de casa, ou seja, cria uma situação problema dramática. Quando chegam à escola esses sujeitos passam pelo mesmo conflito, ou seja, são atacados com termos pejorativos ou caricatos como reflexos da vida familiar.

Pela experiência vivida no cotidiano das escolas Reis Magalhães (2011) evidencia que as aulas de educação sexual ficam restritas aos professores de ciências ou biologia, com conteúdos delimitados aos estudos das partes, ou seja, aos aspectos fisiológicos dos sexos e orientações de métodos anticonceptivos e preservativos. Muitos professores resistem em trabalhar a sexualidade como conteúdo diversificado na sua área de conhecimento, outros não se acham aptos a levar tais debates em sala de aula e muitos continuam ensinando e



reproduzindo a ideologia da normatividade tradicional para os sexos. A escola passa a ser o lugar da educação preventiva.

Nesse momento, não se propõe debates sobre modelos de comportamentos sexuais, mas uma visão mais horizontal sobre as sexualidades na educação escolar para que esta transcenda o aspecto biológico, mais entrelaçando natureza e cultura, como discutem Castro e Abramovay (2004); Furlani (2005); Louro (2010.) em suas pesquisas. No ambiente escolar surgem os primeiros olhares entre os pares, suspiros, inquietações e “amasso”. Os jovens compartilham as primeiras experiências sexuais na porta das escolas quando trocam beijos, se tocam, acariciam, usam linguagens que traduzem afeto e desejo. A escola estabelece limites para os namoros em termos de contato físico, estas regras devem servir para os diferentes tipos de casais que se constituem.

O que se observa na prática, que falta aos educadores a sensibilidade de observar nas reações, nas as funções dos sexos, mas os espaços que são construídos para viverem o prazer, o desejo e o erótico, e que não necessariamente levam a se anular, desrespeitar o outro, a outra. Na experiência de educadora Reis Magalhães (2011) observa que os banheiros escolares são os lugares mais atrativos que oferecem aos jovens a possibilidade de expressão da sexualidade entre os pares. É comum encontrar cenas que traduzem o exercício da sexualidade nos banheiros femininos e masculinos. As cenas ao mesmo tempo em que são reprimidas e castigadas por infringir ao regimento escolar e as regras sociais, servem como desafio aos jovens que experimentam vencer os “tabus”, ir à busca da sua autonomia e liberdade de expressão, principalmente entre os iguais.

De acordo com Caetano (2005), a educação ainda apresenta configurações políticas muito próximas ao período medieval, onde a Igreja Católica era tutora da educação e estabelecia o que deveria ser ministrado na escola, excluindo dela a visibilidade das diferenças. Vale lembrar que a Inquisição se traduziu em violências, quando considerava como hereges sujeitos sexualmente “diferentes” do padrão estabelecido para a reprodução. Foi também “a Igreja, na qualidade de instituição, que criou a fobia de desprezo do corpo e a obsessão persecutória da carne” (VALADARES, 2002, p. 43) e manteve o corpo e suas representações sob a égide da moral imposta.

A heterossexualidade considerada ‘sadia’, é reforçada na educação contemporânea, principalmente nas ações pedagógicas, pois permitem aos professores uma maior apropriação dos conteúdos em sala de aula. Vale ressaltar que na formação inicial dos professores nas mais diversas áreas do conhecimento, os currículos dos cursos não incluem o estudo da



sexualidade como disciplina específica. Na visão de Camargo e Ribeiro (1999, p.50), “os currículos dos cursos de formação de professores deveriam conter falas e vivências sobre sexualidade humana, despertando as possibilidades do corpo e das emoções”. Tal visão é reforçada por Mott (2002) quando afirma que somente assim se tornariam válidas, legítimas e saudáveis as orientações homossexuais dos seus estudantes, ou seja, não seriam excluídas como possibilidades de construção de conhecimentos.

Em 2003, o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, na sua décima edição em Porto Alegre, elaborou um documento que ficou conhecido como a Carta de Porto Alegre, e enviou à Presidência da República onde recomendava através de decretos-lei federal se incluíssem nos currículos escolares, a sexualidade e suas especificidades e se criassem oficinas de sensibilização e treinamento de todos os profissionais relativos às questões de gênero. Tal documento reforça a necessidade de conhecimentos voltados a sexualidade na formação de professores, ante a pouca expressividade em relação aos conteúdos específicos para cada área afim.

Por outro lado, deve-se considerar que na sua formação, o educador não foi preparado para falar de desejo, erotismo, orientações. Ele foi formado para atender a uma sociedade em que os valores homossexuais foram relegados ao plano das insanidades e desvio de comportamento. Na perspectiva de Bourdieu (1995), o mundo social constrói o corpo por meio de um trabalho permanente de formação e imprime nele um programa de percepção, de apreciação e de ação, onde as diferenças socialmente construídas acabam sendo consideradas naturais e inscritas no biológico legitimador de uma relação de dominação.

As Políticas Públicas e a Homofobia na Escola

No plano das políticas públicas, no Congresso Nacional desde 2003 funciona a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, que reúne mais de 150 parlamentares com o objetivo de propor e executar ações de combate à homofobia e trabalhar pela aprovação de proposições legislativas concernentes aos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Entre as prioridades destacam-se os projetos de lei relativos aos direitos conjugais e parentais de gays e lésbicas, à criminalização da homofobia, ao acesso de transexuais a uma nova identidade de gênero, além de uma proposta de emenda constitucional que proíba a discriminação por orientação sexual ou por identidade de gênero. Em 2004 é aprovado o programa governamental



“Brasil sem homofobia”, a partir de demandas dos grupos LGBT, cujo objetivo é promover ações de combate ao preconceito, à discriminação e à violência.

Em pesquisa promovida pela UNESCO, Castro, Abramovay e Silva (2004), envolvendo crianças, adolescentes e jovens de 11.442 escolas de ensino fundamental e médio de 13 capitais brasileiras e do Distrito Federal, constataram um alto índice de expressões homofóbicas. A pesquisa mostra que "bater em homossexuais" é considerado menos grave do que usar drogas e roubar pelos jovens entrevistados

No ano de 2009, outra pesquisa realizada pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) a pedido do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 501 escolas públicas de todo o país, baseada em entrevistas com mais de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 87,3% dessas pessoas, ainda demonstram preconceito com relação à orientação sexual. Para os participantes da pesquisa, nas escolas os professores não *gays* são mais respeitados pelos estudantes do que os *gays*; é muito difícil aceitar a homossexualidade masculina e uma lésbica é mais aceita na escola do que um *gay*. Ainda segundo a pesquisa, as maiores vítimas de agressão física, assim com de humilhação, são os estudantes homossexuais negros e pobres.

Através da Fundação Perseu Abramo, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS), entre 2008 e 2009, outra pesquisa foi realizada em 150 municípios brasileiros em todas as regiões brasileiros, com um público alvo de 2014 pessoas. Os resultados revelam um alto índice de preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil, contrariando, segundo os pesquisadores, as expectativas de compreensão da juventude em relação a questões que “envolvem valores morais, abrindo parênteses para a homossexualidade”. Os resultados da pesquisa apontam que há diferença quanto as atitudes preconceituosas entre quem nunca foi à escola, 52%, em relação àqueles que concluíram o ensino superior, 10%. Observa que os homens, mesmo jovens, têm mais preconceito contra homossexuais do que as mulheres – tal estatística também é apontada em CASTRO, ABRAMOVAY E SILVA (2004).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconhece que o espaço escolar seria instância de reprodução homofóbica. Em 2009, o MEC lança o livro “Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas”, com o objetivo de promover ações que forneçam aos profissionais da educação diretrizes, orientações pedagógicas e orientações à diversidade sexual e de identidade de gênero, assim como estimular a produção



e difusão de estudos e pesquisas nestas áreas. Além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área da educação.

No entanto, o que se documenta é o pouco conhecimento da maioria dos educadores sobre tais materiais nas unidades escolares, além da falta de capacitação para manuseá-los, incluindo no pacote o pouco interesse da categoria para acessá-lo. Como afirma Louro (2001, p. 29), “[...] a escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola cria uma homofobia; [...] expressando certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa”.

Em contra posição ao tecer críticas sobre tal situação, é preciso primeiro compreender e enfrentar as diferenças na educação em sua dimensão estrutural e não, apenas, em suas manifestações. Fleuri (2002) defende que é preciso que a escola trabalhe, em primeiro lugar, com as diferenças que geram as desigualdades e o que põe em risco a construção de identidades. Para muitos professores, a educação sobre sexualidades se constitui num grande desafio por não conseguirem fazer essa desconstrução. Além dos limites formativos, estão implicados os valores pessoais, familiares e religiosos que não podem deixar de serem percebidos.

A discussão sobre sexualidades tem uma história muito recente, construída na modernidade com os significados específicos de dominar, pensar sobre, avaliar e organizar socialmente os sexos e seus prazeres. De geração em geração sempre foi ensinado mística do prazer sexual entre os gêneros. As referências sobre os significados e os valores atribuídos aos sexos, sempre foram marcadas por fortes influências que os associavam às características sexuais, limitados a uma perspectiva biológica, centrada na fisiologia do aparelho reprodutor e associados a uma filosofia moral. Portanto, “o sexo é compreendido como uma dádiva, cedida na expectativa de uma aliança, que é a sua contrapartida.” (HEILBORN, 1999, p. 54).

Diante dos resultados das pesquisas, compreende-se que o silêncio e a naturalização da homofobia nos ambientes escolares, acrescentam que o fenômeno discriminatório a ser enfrentado na área da educação é recente nas políticas pública brasileira. Mesmo utilizando programas, como “Brasil sem homofobia”, é preciso rever o pedagógico, no que diz respeito à formação de professores; os materiais didáticos pedagógicos, incluindo os livros didáticos; o próprio Parâmetro Curricular Nacional, com o tema transversal “Orientação Sexual”, que estão sobrecarregados de matriz heteronormativas, associadas à reprodução biológica e aos estereótipos de gênero.



Considerações Finais

A promoção da igualdade parte da crítica à ordem heteronormativa, aqui compreendida como parâmetro em que toda e qualquer expressão da sexualidade deve ser valorada, ou as experiências sexuais significadas. A homofobia aparece nas experiências vivenciadas na educação através de códigos e linguagens que são atribuídos ao regime binário do sexo. A sexualidade nas escolas remete à discussão sobre a educação a partir do entendimento biológico do corpo e suas partes, associada às identidades sexuais que são construídas e acompanhadas das emoções, valores, prazeres e o exercício da liberdade presente em cada indivíduo e deste para com o “outro”.

É uma discussão complexa porque envolve vários atores no mesmo cenário, com realidades e personalidades diferentes, onde o “eu” e o “outro” se estruturam a partir de valores, normas e crenças e das clivagens sociais que fabricam os sujeitos. Hoje, nas escolas a problemática sexualidade, ainda, não atingiu a maioria dos profissionais das escolas públicas e privadas de todo território nacional. As amostras apresentadas no corpo do texto revelam a estreita relação do desenvolvimento dos valores pessoais e sociais de cada indivíduo, no qual, a sexualidade, no singular, juntamente com a afetividade têm papéis fundamentais. O educador pode e deve produzir aquisição de novos conhecimentos e desenvolver estratégias que possibilitem dialogar com as novas categorias sociais imersas na escola e que nada mais são do que as novas identidades coletivas, tornando-os sujeitos das ações e modificações sociais.

Referências

- BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres: EdUNB, 2009
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Educação e Realidade, v. 20, nº2, jul-dez. 1995, pp. 133-184.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual – temas transversais**. Brasília, v. 10, 1997.
- CAETANO, M.R.V.. Os gestos do silêncio para esconder as diferenças. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, Niterói, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade (s) e Infância (s): A sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.



CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena Bernadete **Juventudes e Sexualidade**. UNESCO, Brasília, 2004

CASTRO, Mary Garcia; MIRANDA, Marlene Barreto Santos; ALMEIDA, Nadir Oliveira Galvão Leite de. Juventude, gênero, família e sexualidade: combinando tradição e modernidade. In: CASTRO, Mary Garcia BORGES, Ângela **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, História e Religião**: Ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. Revista Aulas (UNICAMP), v. 4/5, p. 1-28, 2007.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B.. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência**: a percepção dos pais. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 1999, vol.4, n.1, pp. 79-106. ISSN 1413-294X.

FLEURI, R. M.. **A questão da diferença na educação**: para além da diversidade. In: Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd).25, 2002, Caxambu. CD-ROM.

FREUD, S. **Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica do sexo** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925), 1969.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago.(Originalmente publicado em 1905), 1969.

FURLANI, J. **O bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes louro). 7ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HEILBORN, M. L.. **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; BOZON, Michel e KANUTH, Daniele **O Aprendizado da Sexualidade. Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Ed. Garamond, São Paulo, 2006.

ISAY, Richard A. **Tornar-se gay**: o caminho da auto-aceitação. São Paulo: Summus, 1998.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MELUCCI, Alerto. **Busca de qualidade, ação social e cultura**: Por uma Sociologia reflexiva. Petrópolis; Vozes, 2005

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.



MOTT, L. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

REIS MAGALHÃES, Selma “Homossexualidade Na Escola: De Onde Parte A Discriminação?” NEPII, UCSAL, Salvador-xerox, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, Katia Krepsky. (2002). **Sexualidade**: professor que cala... nem sempre consente. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.